

ENTREVISTA

Da política indigenista às ações afirmativas e à Antropologia do Estado: entrevista com Antonio Carlos de Souza Lima

EDILENE COFFACI DE LIMA

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

LAYS GONÇALVES

Em abril de 2017 Antonio Carlos de Souza Lima esteve em Curitiba para proferir a Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR, intitulada *A Antropologia no Brasil em tempos de crise: como nos vemos, o que queremos, o que podemos no cenário atual*. Naquela oportunidade a entrevista teve início, quando pode então nos contar sobre sua trajetória acadêmica, iniciada quando cursou História na UFF para alcançar as Ciências Sociais, sobre sua breve incursão a campo entre os Xavante, a guinada para o estudo do SPI e daí para falar sobre as discussões iniciadas com a implantação das ações afirmativas nas universidades até alcançar a presidência da ABA (2015-2016). Dados seus diversificados interesses e atuações, a entrevista acabou prolongando-se eletronicamente, com acréscimos e detalhamentos. Pudéssemos e a conversa continuaria, ainda com adições, tanto mais agora quando nosso entrevistado assume, em meio à crise ainda, a presidência da área de Antropologia na CAPES.

Campos: Você poderia começar falando de sua formação e aproximação da Antropologia.

Antonio Carlos de Souza Lima: Bem, eu acho que consigo traçar certas coisas a partir da minha formação: eu sou licenciado em história, entrei na faculdade em 1976, e descobri a antropologia logo no segundo semestre. Acho que isso tem muito a ver com a professora que ministrou a cadeira Antropologia 2, no segundo semestre de 1976. Eu estudava na Universidade Federal Fluminense. A UFF

tinha a particularidade de ter sido relativamente, em História, preservada do expurgo promovido pela ditadura militar dentro das universidades, em especial nas humanidades. Isto ocorreu intensamente no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde havia um delator “oficial”, cercado por uma pequena “corte” que o apoiava. Eu escolhi estudar na Fluminense, como se chamava, por isso, porque era o melhor curso de história do Rio de Janeiro. Também, naquele momento, recém começara a pós-graduação em História (o curso de mestrado é de 1971). Entrei tendo muito claro para mim de que eu entrava para as Ciências Humanas, em geral, e por uma via de acesso às Ciências Sociais, pois pela porta da História, como licenciado, eu poderia dar aulas no que hoje se chama da educação básica e educação de jovens e adultos (EJA), e ganhar dinheiro para me sustentar e dar prosseguimento aos estudos. Tive sempre claro que estudar e pesquisar era o que queria fazer, mas sendo oriundo de uma família de baixa classe média, em termos de extração de renda, isso era um luxo a que eu não poderia me dar, sem abrir mão de muito em termos de prazer e fruição da juventude, e sem trabalhar muito porque eu precisava ganhar dinheiro. Também era um tempo em que se achava importante sair da casa dos pais cedo. Muitos dos meus contemporâneos com extração social similar começaram a dar aulas durante a graduação, porque isso era então possível. Você podia até ter registro temporário de professor junto ao MEC naquela época, era um Brasil muito diferente. No curso de história, havia um conjunto de disciplinas “básicas”, dentre elas duas disciplinas de antropologia. Antropologia I não me chamou atenção – era um curso de generalidades “teóricas”, ademais a pessoa que o ministrou teve muitos problemas de saúde e algumas das melhores aulas acabaram sendo com o monitor. Do curso, só mesmo o contato com a coletânea *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* (com textos de Jean Copans, Serge Tormay, Maurice Godelier e Catherine Backès-Clément, publicada em Portugal pelas Edições 70). O curso que de fato me fez pensar que queria trabalhar sobre questões indígenas foi o curso de Antropologia II, uma espécie de “antropologia do Brasil”, que foi ministrado por uma egressa da primeira turma do PPGAS/Museu Nacional, Claudia (Sá Rego Ribeiro de) Menezes, além da professora da UFF, também antropóloga do Museu do Índio, da Funai. Não existia dedicação exclusiva. O curso enfatizou a discussão sobre teorias da identidade (naquele ano o Professor Roberto Cardoso de Oliveira publicou *Identidade, etnia e estrutura social*, uma coletânea de seus artigos sobre o tema) da fricção interétnica – e isso era Antropologia *Social*, e não, como hoje, uma espécie de mundo distinto, a Etnologia. O curso foi iniciado com a leitura de *Estigma: a manipulação da identidade deteriorada*, que teve um tremendo impacto que vou chamar de “auto-reflexivo” numa turma bastante complicada em termos de dinâmica interna e que logo depois eu deixei por razões de trabalho, pois passei ao turno da noite. Quando fiz a seleção de mestrado em 1979 para o Museu Nacional, fazia-se uma monografia com uma breve pesquisa de campo em 10 dias, escolhendo-se um tema dentro de um elenco. Apesar de um tema sobre a imagem do índio na imprensa, se não me engano, escolhi analisar um crime de grande repercussão. Era uma maneira de vindo da história, e não das ciências sociais, demonstrar que sabia mais do que temas indígenas. *Estigma*, e o interacionismo simbólico, estão comigo até hoje. Lendo os textos de *A sociologia do Brasil indígena*, também do Professor Roberto Cardoso de Oliveira, tomei contato com a ideia de *colonialismo interno*, com a ideia de *frentes de expansão* e o trabalho de Otávio Velho mas, talvez mais importante, tínhamos de fazer seminários sobre monografias, o que implicou

que escolhêssemos e lêssemos um livro inteiro para apresentar e escrever. Não me lembro se escolhi ou se me foi atribuído, mas meu primeiro livro inteiro lido na graduação, foi em Antropologia e não em história e foi *O Índio no Mundo dos Brancos*, sobre os índios Ticuna, também do Professor Roberto Cardoso de Oliveira. Terminamos o curso lendo um libelo de enorme importância assinado por Bispos e missionários do Brasil publicado em 1973 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) chamado *Y-Juca-Pirama. O Índio, aquele que deve morrer*, uma contundente denúncia dos efeitos sociais do desenvolvimentismo da ditadura civil-militar e de sua ação na Amazônia (era o quarto ano do governo de Emílio Garrastazu Médici, um dos períodos mais truculentos da ditadura). A Igreja era a única voz naquele momento presente com força para veicular internacionalmente os desmandos da ditadura e dos seus financiadores.

Eu comecei a trabalhar em pesquisa documental, fazendo levantamento e fichamento de fontes históricas, para uma professora da história que preparava sua dissertação de mestrado já no final do primeiro semestre de faculdade, ainda em 1976. Alguns de meus colegas de segundo grau (como se chamava o hoje ensino médio) começaram a trabalhar dando aula em cursinhos de pré-vestibular, em cursos supletivos (o que hoje, muito mudado é o EJA). Trabalhei por um semestre ou mais. No final de 1976, mas sobretudo no início de 1977, quando comecei a cursar uma disciplina sobre o Brasil colônia, pensei que talvez pudesse juntar história e antropologia e estudar a presença indígena no Brasil em termos diacrônicos, bem como as trajetórias de povos específicos. Para isso, no segundo semestre de 1977, achei que deveria cursar as demais disciplinas do básico de antropologia para o Curso de Ciências Sociais (mas como disciplinas optativas, e logo descobriria que eu não tinha nenhuma liberdade de escolher as optativas que eu queria) e cursei Antropologia III (história das teorias antropológicas), com Simoni Lahud Guedes, que acabara de defender seu mestrado e entrara como professora na UFF. Nesse segundo semestre, pensei que podia tentar pedir uma bolsa de iniciação científica (poucas, e difíceis de se obter, eram solicitadas diretamente por um candidato graduando, que deveria propor um plano de trabalho) para trabalhar com a presença indígena no estado do Rio de Janeiro, imediatamente antes da expansão da economia cafeeira nas regiões do Vale do Paraíba do XIX. Eu tentei convencer mais de um professor a me orientar, mas foram unânimes em dizer que “não havia fontes” para. Então trabalhar com povos indígenas no Brasil em perspectiva histórica era impossível Mas como que não existe fonte, pensava eu? Se Caio Prado Junior fazia referências à presença indígena em *Formação do Brasil Contemporâneo*, e em *Evolução econômica do Brasil*, então devia ser possível, pois eu lia esses livros e outros com atenção a esse tema. Mas não teve jeito.

1977 foi um ano pesado por circunstâncias familiares e afetivas, por falta de trabalho e uma situação financeira familiar muito difícil. Meu pai queria que eu fizesse concurso para o Banco do Brasil já que (como ele dizia a todo mundo) eu passara no 20º lugar de todo vestibular unificado e podia entrar, com os pontos que tinha, para qualquer curso de medicina dentre os 10 primeiros, mas escolhera estudar história para desespero dele e de minha Mãe. Na verdade, tudo era difícil, mal tínhamos uma biblioteca, traduzíamos e rodávamos em mimeógrafos a álcool (minhas irmãs haviam sido professoras primárias e tínhamos um em casa). A biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia tinha poucos livros e muitas apostilas de textos traduzidos para cursos básicos. Eu quase desisti do curso, qua-

se cedi à pressão e ao que hoje eu diria que era o bom senso. A alternativa nas Humanidades para eles era direito, um curso (naquele momento e não mais hoje) intragável para mim. O curso de História da UFF era de linha marxista, mas naquele momento, procurando se livrar de comentadores ou da marca da leitura de Louis Althusser, liam-se os textos de Karl Marx ele mesmo. Tive um excelente curso com Almir Chaiban El-Kareh no qual lemos juntos e debatemos ponto a ponto a *Introdução à crítica da economia política* que nos fez entender que aquele era um texto de cunho epistemológico. Mas não só de marxismo o curso vivia. No final do curso lemos (de modo muito confuso) *A arqueologia do saber* de Michel Foucault. Muitos professores da História, já naquele período, fugiam muito do tom marxista dominante. E para ler e estudar era preciso enfrentar uma precariedade imensa. A gente se reunia para produzir fichamentos de textos muitas vezes publicados no Portugal do pós Revolução dos Cravos que fervilhava de reflexões, fichamentos que circulávamos entre colegas, traduzir textos repassados para as outras pessoas, pois a atividade colaborativa era o que nos permitia enfrentar as dificuldades.

A virada de 1977 para 1978 me trouxe coisas bem importantes: Claudia Menezes me chamou para trabalhar para sua pesquisa de doutorado sobre a atuação missionária salesiana entre os Xavante, a ser defendida na Universidade de São Paulo. No ano de 1977 houvera uma denúncia pública em circuito nacional e internacional da intenção do então Ministro do Interior (ministério ao qual a Funai estava ligada) de editar um decreto emancipando os indígenas da tutela do Estado, o que à luz do Estatuto do Índio significava tirar-lhes quaisquer garantias de direitos às terras. Foram muitos os eventos, dentre eles uma reunião histórica da SBPC em São Paulo, à qual pude comparecer pois fui para pesquisar nos arquivos de jornais paulistas. Criaram-se comissões pró-índio (CPIs) e associações nacionais de apoio aos índios (ANAIs) em diferentes estados. Publicou-se em português *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios no Brasil* de Shelton H. Davis, que havia sido professor no Museu Nacional, e que depois entraria no Banco Mundial e foi o responsável por um trabalho árduo de colocar balizas e salvaguardas em favor dos direitos dos povos indígenas em perspectiva planetária nas ações do *establishment* desenvolvimentista. Em 1979, na esteira de todas essas ações, que faziam parte da efervescência dos processos de organização que redundariam em movimentos sociais, Zelito Vianna lançou o que para mim ainda hoje é um dos mais importantes documentários sobre a situação indígena no Brasil: *Terra dos Índios*. Participei de eventos, palestras, lançamentos pois afinal, trabalhava particularmente para Claudia Menezes mas ficava no Museu do índio, transferido, creio que em 1977, do prédio do Ministério da Agricultura na orla do Estádio Maracanã (o espaço que era reivindicado pela chamada Aldeia Maracanã) para o prédio na Rua das Palmeiras onde está até hoje. No Museu do índio trabalhavam também muitos estagiários vinculados efetivamente sob a direção de Carlos de Araújo Moreira Neto, que organizaram o que hoje é o material microfilmado do *Serviço de Proteção aos índios*. Dentre eles estavam Sheila Sá, Regina Erthal, Jane Galvão, Lucy Paixão Linhares, Carlos Augusto da Rocha Freire, Maria Elizabeth Brea Monteiro, mais velhos que eu, alguns já graduados e cursando o Museu Nacional, eles compuseram a espinha dorsal da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, que teve Anthony Seeger como seu primeiro presidente, se bem me lembro, e depois João Pacheco de Oliveira. A Comissão atuou intensamente no Rio de Janeiro, conectada a outros movimentos políticos, publicando durante algum tempo um informativo chamado *Borduna*.

Eu, que em 1978 começara a cursar faculdade de manhã e de noite em Niterói, para acabar mais rápido, e trabalhava todas as tardes no Museu do Índio, em Botafogo, pouco frequentava a comissão, mas vendia material como o plástico *Pela Demarcação das Terras Indígenas*, coletava assinatura de apoiadores, e distribuía o informativo em Niterói. Não comentei ainda, mas fiz meu primeiro ano de graduação paralelamente à preparação para tirar os diplomas de proficiência da Cultura Inglesa e do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), o que obtive no final de 1976 com excelente desempenho. Creio mesmo que aprendi muito mais sobre estudar sistemas de pensamento culturalmente diferenciados estudando inglês da forma como estudei desde os 13 anos de idade, lendo sobretudo literatura em inglês, fazendo cursos suplementares e depois estudando particularmente. Em 1977 cheguei a fazer o primeiro dos quatro anos do *Teacher's Training Course* do IBEU, que funcionava por sistema de créditos como uma faculdade de inglês, com 4 horas de aula todos os dias, e com diversas disciplinas fonologia, gramática, história dos Estados Unidos... Cursei inglês a maior parte do tempo contando com bolsas de estudo por bom desempenho. Lá pelas tantas percebi que devia escolher um lado ou outro, porque não ia conseguir levar as duas coisas ao mesmo tempo. Escolhi no final de 1977 deixar o inglês, com grande pesar. Sabia que precisava trabalhar, mas sempre fui recalcitrante quanto a dar aulas, e de certo não queria fazê-lo com inglês. Seria praticamente aniquilar o prazer que eu sentia com estudar a língua. Sonho em voltar a estudar assim, por prazer, por fruição.

Assim, no primeiro semestre de 1978, eu cursei também como optativa e também com Simoni Lahud Guedes, o curso de Antropologia IV (Trabalho de campo em antropologia), completando todo o básico da disciplina, e descobri amargamente que não poderia fazer mais, a menos que postergasse minha formatura: descobri que eu estava num sistema de créditos, que de créditos não tinha nada, porque todas as optativas eram obrigatórias e tinham de ser em História na sua totalidade. Um de meus expedientes foi cursar disciplinas em História Antiga e Medieval, que a depender dos temas contava com uma literatura de historiadores franceses ex-alunos de Marcel Mauss, mas não só, onde as contribuições da Antropologia eram muito claras e eram aplicadas à pesquisa histórica. Foi esta a maneira que encontrei de terminar rápido a faculdade e me dirigir ao que comecei a divisar como opção: fazer o curso de mestrado em antropologia. Afinal, naquele momento, não era uma coisa automática. O “automático” era arranjar emprego, trabalhar e me (auto)sustentar.

Muito do que fiz de início para a Claudia Menezes foi organização e pesquisa bibliográfica e documental, o que já fazia sequenciadamente desde o início da faculdade. Comecei a trabalhar, e se a Antropologia já tinha me capturado, no cotidiano da pesquisa com material sobre a atuação da Igreja junto aos povos indígenas, notadamente com os Boletins do Conselho Indigenista Missionário e da então Operação Anchieta, hoje Operação Amazônia Nativa, eu tive absoluta certeza de que estava na rota certa. Tive a honra de anos depois, já no mestrado e acompanhando João Pacheco de Oliveira, em 1984 e 1985, em cursos de formação do CIMI, poder conhecer pessoas que viriam a posteriormente se tornar amigos queridos, como Antonio Brand, cuja perda repentina em 2012 muito me abalou.

Naqueles anos finais dos 70, uma nova geração de antropólogos, em parte formada sob a nova pós-graduação instaurada a partir das balizas do Parecer Sucupira, tomaram posições e desenvolveram trabalhos não só de pesquisa, mas também de intervenção. Assim, ao mesmo tempo que o Rubem

Thomaz de Almeida no Mato Grosso do Sul no projeto Kaiowá-Nhandeva (ex-aluno de graduação da USP, que apenas muitos anos mais tarde faria mestrado sob a orientação do João Pacheco no Museu Nacional), em que: Gilberto Azanha, Maria Inês Ladeira, Virgínia Valadão, Iara Ferraz, Vincent Carrelli, criavam Centro de Trabalho Indigenista (CTI), ex-alunos de Lux Vidal, outros a partir de Brasília faziam esse mesmo movimento de desenvolver trabalhos aplicados, tais como os de Alcida Ramos e Kenneth Taylor com os Yanomami, ou João Pacheco de Oliveira, com os Ticuna, experiência sobre a qual refletiu. Muitos outros o fizeram e uma pesquisa sobre isso está por ser feita. Esse pessoal que trabalhou em consultorias para grandes projetos começou a fazer críticas severas. E estas críticas acabaram levando o Banco Mundial a interromper financiamentos para a construção de estradas. E foi um dos casos que motivou que o Banco Mundial começasse a discutir um conjunto de medidas preventivas e mitigatórias. Aí, a ligação entre antropólogos brasileiros, Shelton Davis e Daniel Gross, ambos no Banco Mundial, mas com perfis bem distintos

Naquele momento de efervescência político-cultural e de encruzilhadas na vida, eu acho ainda que comecei a acumular, sobretudo nos cursos sobre histórica econômica do Brasil contemporâneo, material para pensar na relação Estado-Povos Indígenas, que se impunha tanto pela dimensão de luta contra o Estado configurado pelo regime ditatorial civil-militar, quanto pela excessiva crença no Estado de muitos intelectuais, assim como por todo um viés reflexivo que logo depois eu descobriria que também estava melhor situado na Antropologia que se fazia aqui no Brasil, em especial nos estudos do Otávio Velho.

Então, esse trabalho me acompanhou o resto da faculdade. Em 1979, meu ano final de faculdade e durante o qual no meio do ano prestei a seleção do PPGAS/Museu Nacional, Claudia Menezes negociou um projeto na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para pesquisar povos indígenas e ação missionária em Mato Grosso. Tratava-se de um tema sensível e pouco estratégico já que a Igreja era a principal voz na defesa dos direitos indígenas, e o projeto ia ser desenvolvido a partir do Museu do Índio que, ainda que periférico à Funai, era integrante de uma agência de Estado que esteve sob controle militar em boa parte do período desde sua criação em 1967 até aquele momento. A FINEP foi uma importante financiadora da expansão da pesquisa no Brasil, pesquisa inclusive, ou sobretudo, das áreas tecnológicas. Não era essa FINEP que hoje só financia empresas e “inovação”. A FINEP financiou instituições e depois projetos de pesquisa de instituições, como o PPGAS/Museu Nacional, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, da Universidade Cândido Mendes, hoje Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, assim como as reuniões de organizações científicas como algumas da ABA, da ANPOCS, e de muitas outras associações científicas. Então, quando eu fiz seleção em julho de 1979, este projeto já estava aprovado e eu comecei a trabalhar como pesquisador ainda não formado. O projeto estava composto por dois blocos de pesquisadores – um encabeçado por Claudia Menezes que estudaria os Xavante da Missão de São Marcos, e estava composto também por Clarice Novaes da Motta, na época docente do IFCS/UFRJ, cuja formação tinha sido feita nos USA, por mim mesmo e por Maria Lucia Pires Menezes, que como eu estava concluindo a graduação, no caso dela em Geografia e cuja presença se explicava pela ideia de pesquisar também a ação da Fundação Brasil Central na região do então gigantesco município de Barra

do Garças. O outro grupo estava liderado por Sonia Coqueiro (mestre em antropologia pelo PPGAS/Museu Nacional e ex-funcionária da FINEP), por Romana Maria Ramos Costa e Sheila Sá. Eu estava todo feliz porque iria a campo, com a ideia de trabalhar uma história que abordasse tanto o processo de ocupação do Nordeste de Mato Grosso quanto a visão xavante desse processo. Todo esse semestre final e 1979 foi de seminários internos e muita leitura, momento em que tomei contato com a dissertação de mestrado do João Pacheco (defendida em 1977 na UnB sob a orientação de Roberto Cardoso de Oliveira, hoje publicada com o título de *Regime tutelar e faccionalismo: religião e política em uma reserva Ticuna*), na qual encontrei o que me parecia – e era – a primeira proposta formulada no Brasil em antropologia de estudar os povos indígenas em perspectiva histórica. Somado a um outro texto dele (“O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 11: 101-140), e à leitura de *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento (São Paulo: Difel, 1976), a direção entre ações do Estado para a colonização induzida e para os povos indígenas em perspectiva histórica foi se sedimentando antes de minha entrada no mestrado, embora a formação posterior tenha sido um divisor de águas, realmente. Eu concluí a graduação em dezembro de 1979 e coleí grau em janeiro de 1980, e logo em seguida embarquei para Mato Grosso.

Campos: Como você chegou aos Xavante?

ACSL: Os Xavante de São Marcos (não são os mesmos grupos sobre os quais David Maybury-Lewis escrevera) eram o grupo com que a Claudia Menezes pretendia trabalhar em seu doutorado, que do ponto de vista da pesquisa de campo não chegara a deslanchar naquele momento ainda, conquanto ela já tivesse ido à área acompanhada de outra pessoa na época iniciando o mestrado do PPGAS/Museu Nacional a Lygia Baptista Segala Pauletto (ex-Beraba). Uma das coisas que fizera logo nos primeiros meses de 1978 fora transcrever as fitas em que Lygia Segala gravara seu caderno de campo e os passara. Mas a principal pesquisadora da equipe estava grávida de seu segundo filho e não iria a campo conosco nos meses de janeiro/fevereiro de 1980. Como disse antes, a equipe que iria a campo em Barra do Graças (que na época abarcava muitos outros municípios que dele se desmembrariam ao longo do tempo também como efeitos da colonização induzida e a migração de gaúchos. Luis Roberto Cardoso de Oliveira analisou sob a orientação de Francisca Isabel Schurig Vieira Keller um dos projetos de colonização dessa região em sua dissertação intitulada “Colonização e diferenciação: os colonos de Canarana”, defendida no PPGAS/Museu nacional em 1980). Eu tinha acabado de me formar, Maria Lucia Pires Menezes estava ainda cursando geografia, e a responsabilidade maior pelo trabalho era de Clarice Novaes da Mota, cuja experiência de campo era extensa. O *survey* foi construído para ser uma espécie de “tarefa impossível”, pela extensão, abrangência e falta de foco do que deveriam ser os temas tratados, e pela própria incapacidade de cálculo logístico da coordenadora que parecia não saber da precariedade da circulação numa área quase do tamanho do estado do Rio de Janeiro, durante os meses de chuvas intensas desse período do ano, em que as rodovias literalmente acabavam em grandes valas

cavadas pela força das águas, em atoleiros; isso sem falar na tensão política e na violência anti indígena na região). Saímos do Rio de Janeiro sem sequer termos as autorizações expedidas pela própria Funai da qual o Museu do Índio fazia parte, para entrada na área da reserva, autorizações que só foram expedidas quando os dois grupos chegaram, nós a Barra do Garças e o outro grupo a Cuiabá. A Ajudância da Funai em Barra do Garças era dirigida por Odenir Pinto de Oliveira, indigenista nascido e criado entre os Xavante, falante fluente do idioma, e contava com uma equipe altamente motivada e engajada em todas as áreas de trabalho, tanto quanto ameaçada politicamente e efetivamente de morte por forças dos grileiros locais, um deles – o principal talvez – um senador biônico (como eram chamados alguns dos senadores indicados pelo presidente da República, na época Ernesto Geisel, para contrabalançar o crescimento de parlamentares “comprometidos com a democracia” no Senado) dono do cartório em que era feita boa parte da grilagem dos títulos de terras da região. Quando entendemos no meio de que estávamos e, contando com a inteligência e solidariedade de Odenir Pinto de Oliveira, que não repassou a autorização (que dizia meramente que íamos “avaliar a atividade missionária”, um absurdo político), fomos para a Reserva e aí vimos a dura realidade de penúria alimentar e de doenças da vida Xavante naquele momento. Tenho muitas lembranças intensas e fortes daquele momento. Foi uma experiência impactante que me fez perceber que aquele modelo de relação de pesquisa não me servia, e de algum modo me ficava claro que eu queria produzir algo que servisse aos índios e não necessariamente apenas e sobretudo à minha vida acadêmica. De certo havia aí uma percepção até certo ponto ingênua de minha parte (eu tinha afinal 23 anos!) já que as mediações podem ser muitas.

Mas tinha claro o quanto outros antropólogos atuavam de modo radicalmente distinto daquele. Mencionei alguns acima. Se a gente for olhar para esse período, veremos que se falava muito que a pesquisa etnológica era impedida pela ditadura, quando na verdade pesquisas posteriores em arquivos da Funai mostraram uma lista de antropólogos muito restrita que eram considerados subversivos e não poderiam entrar em áreas indígenas, dentre eles estando o próprio João Pacheco, Terri Valle de Aquino (este constantemente ameaçado em seu trabalho no Acre). Outros poucos, ligados a projetos mais aplicados também estavam listados. Mas a maioria dos etnólogos não estava. No entanto, a morosidade na expedição de autorizações de entrada em área e a possibilidade de que se retirasse antropólogos de área era fato, e eram uma forma de censura, o que atingiu a muitos atrasando pesquisas. Não lembro de episódios de retirada de pesquisadores de área. Não à toa, coincidindo com nosso retorno ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1980, toda essa equipe de indigenistas de Barra do Garças e muitos outros indigenistas e antropólogos da Funai foram sumariamente demitidos, num dos expurgos que a Funai da ditadura sofreu.

Quando voltamos para o Rio de Janeiro soubemos que as outras pesquisadoras do projeto que foram para Cuiabá a caminho de Utiariti e, também, receberam uma autorização de entrada em área indígena com o mesmo teor da que recebemos, mas a delas chegara às bases do CIMI. O fato é que a equipe sequer passou de Cuiabá. Aquilo foi um aprendizado – por mais que o Museu do Índio fosse uma espécie de remanescente de outro momento do indigenismo, que abrigasse quadros críticos e que fizeram um trabalho notável (no setor de documentação, bem entendido), aquele projeto tal como estava organizado era no mínimo um grave equívoco. Propusemos uma rediscussão de todo o projeto,

o que resultou na prática que Sheila Sá, Maria Lucia Menezes (Professora Titular da UFJF, que anos depois retomaria em seu mestrado em Geografia os trabalhos a partir da documentação da Fundação Brasil Central, e escreveria um importante trabalho publicado em 2000 pela editora da Unicamp intitulado *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*) e eu fôssemos desligados do projeto no qual trabalhávamos na qualidade prestadores de serviço.

Campos: Como você desistiu dos Xavante?

ACSL: Muitos elementos de trajetórias intelectuais são por vezes narrados *a posteriori* como fruto de decisões da ordem das escolhas meramente intelectuais. Não foi esse o caso, embora a experiência em Mato Grosso tenha sido decisiva para ter claro que tipo de Antropologia (e sobretudo de pesquisa de campo) eu NÃO queria fazer. Mas a verdade era que os recursos eram poucos, ou inexistentes, para pesquisas que exigiam deslocamentos especiais significativos, ao menos naquele momento. Entrei no PPGAS/Museu Nacional como aluno de mestrado em março de 1980, com bolsa do CNPq (que durava naquele momento dois anos, sendo que os cursos eram efetivamente no mínimo de 4, com uma carga de trabalho muito grande ao longo das disciplinas), e passei meu único semestre na vida até hoje só estudando. Fiz Teoria Antropológica I, e um curso sobre Relações Interétnicas com o João Pacheco (nem ele, nem José Sergio Leite Lopes, Afranio Raul Garcia Jr, Luiz Fernando Dias Duarte eram doutores ainda). Começando pela própria elaboração do tema do contato e da mudança cultural com os textos (ainda hoje pouquíssimo lidos) de Bronislaw Malinowski e seus discípulos em África, passando pelos estudos de Robert Redfield em especial, sobre Yucatan, com foco na ideia do *continuum* folk-urbano, passando pela literatura brasileira sobre a problemática do contato (Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, e Roberto Cardoso de Oliveira), pela literatura (estrutural) marxista em antropologia que eu lera no grupo de pesquisa do Museu do Índio, levados por Sheila Sá a partir de sua experiência como orientanda de João Pacheco no Museu, o curso chegava ao debate recente de Moacir Palmeira e Otávio Velho a partir de *Capitalismo autoritário e campesinato*, para abordarmos a ideia de um campesinato marginal indígena a partir da noção de fronteira. Curso denso e formativo, que me ajudou a processar uma ampla síntese do que eu trazia da graduação e da experiência de leituras prévias, a partir dele elaborei meu primeiro projeto de dissertação, enquanto tal inexequível. Era na verdade o desenho de uma ampla problemática que abordava a expansão da fronteira sobre a região do Nordeste do Mato Grosso sob o regime de Vargas – a *Marcha para Oeste* – e a história dos Xavante diante e em relação a ela. Anos mais tarde, o historiador estadunidense Seth Garfield, professor da Universidade do Texas em Austin, faria, de certo muito melhor e mais criativamente do que eu teria conseguido, um precioso estudo onde essas questões se encontravam, e que hoje está publicado no Brasil. Refiro-me ao livro *A luta indígena no coração do Brasil. Política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988)*, publicado pela Unesp em 2011.

Aos poucos eu fui delineando uma área de pesquisa, uma maneira de pensar, nos termos que tinha para tanto, sobre os processos de formação de Estado no Brasil, área que acabou se tornando a minha prioridade, mas sempre a partir das políticas indigenistas. E creio que assim fazendo eu me in-

seria (sabendo ainda pouco que o fazia) numa trilha de estudos do próprio PPGAS, como o trabalho de Otávio Velho, mas também, os de Giralda Seyferth, que conheceria depois. O que pretendia passava em larga medida por pesquisa em arquivos, que eu não mais antevia com olhos de historiador, mas numa perspectiva que foi se formando no estudo da antropologia e da sociologia ao longo dos cursos no PPGAS. Num momento em que os índios “não tinham história”, e pesquisa em arquivos não era “coisa de antropólogo”, mas eu buscava boas companhias.

Mas o fato é que ao ser desligado do projeto do Museu do Índio eu perdi a possibilidade – rara naquele período – de ter dinheiro para fazer uma pesquisa etnológica no Brasil Central. Fui me vendo pragmaticamente obrigado a rever os limites do que pretendia fazer depois de cumpridos os cursos pois precisei aumentar minha carga horária para poder pagar meus custos (eu comecei a trabalhar como professor no segundo semestre de 1980 em um curso supletivo de um colégio, arranjei e graças à indicação de Guilherme Paulo Pereira das Neves, professor de História e amigo da UFF, em uma faculdade particular e depois apareceram outras). E nesse sentido os demais cursos que fiz, em especial com o professor Luiz de Castro Faria, foram essenciais. Tentei duas vezes o então existente concurso de bolsas de pesquisa para teses e dissertações que a ANPOCS realizava com dinheiro da Fundação Ford. Nas duas primeiras tentativas os Xavante estavam lá. Mas foi só na terceira, em que o projeto se reduzira ao estudo do momento de criação do serviço de Proteção aos Índios (e Localização de Trabalhadores Nacionais), que consegui ganhar a dotação e pude fazer a pesquisa que defendi em agosto de 1985

O João Pacheco havia publicado em 1983 pela série Boletins do Museu Nacional (<http://www.ppgasmn-uffrj.com/boletim-do-museu-nacional.html>) um texto que teve grande importância para o que eu assumi aos poucos como meu lugar de pesquisador. Refiro-me a *Terras Indígenas no Brasil: Uma tentativa de abordagem sociológica* (http://www.ppgasmn-uffrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_44.pdf). Nele, João se propôs a fazer uma “...*etnografia dos processos sociais envolvidos no estabelecimento de terras indígenas no Brasil*”, focando nos “processos jurídicos, administrativos e políticos pelos quais o Estado é levado a reconhecer determinados direitos dos índios à terra”. Nele, deslocava o eixo de entendimento da questão indígena, até então muitas vezes apreendida como uma questão *humanitária*, para os seus significados políticos quando abordados do ângulo dos processos fundiários, dando, portanto, conteúdo analítico para o lema da defesa dos direitos “Pela Demarcação das Terras Indígenas”. Nesse momento os quadros mais pesados da ditadura deixavam o aparelho de Estado, entrando quadros mais “leves”, e os militares se blindando em entidades pouco visíveis que, todavia, controlavam as questões fundiárias. Neste momento muitos indigenistas e antropólogos que haviam sido expurgados em 1980 voltaram à Funai e convidaram diversos antropólogos a que integrassem a Funai. João Pacheco, que estava no final da redação de sua tese de doutorado foi convidado, assim com, creio, Carlos Alberto (Beto) Ricardo, Gilberto Azanha e outros, para que entrassem na Funai em cargos de confiança e reestruturassem a agência. Pouco antes, David Maybury-Lewis viera ao Brasil para fazer uma consultoria para a Fundação Ford que pretendia investir em financiar organizações do “movimento social” e instituições de pesquisa e pós-graduação para financiar atuação em questões indígenas sobretudo tendo em vista o horizonte futuro de um processo constituinte. No relatório que produziu ele explicitamente recomendou financiar um projeto conjunto entre o Programa Povos In-

dígenas no Brasil (PIB) do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e a “equipe do João Pacheco”, no Museu Nacional, para produzir dados e análises que permitissem uma apreensão nacional (logo, algo que estava dentro do que chamávamos antropologia *social*, sendo que esse termo parece que atualmente é quase pejorativo). Surgiu assim o *Projeto Estudos Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo e recursos naturais* (PETI), iniciado em dezembro de 1985, e concluído em 1993, não porque todos os problemas que tínhamos a tratar estivessem resolvidos, mas porque as fundações filantrópicas mudam de direção de tempos em tempos. Anos depois se fundiria com o Núcleo de Direitos Indígenas, criado no pós-constituente e coordenado por Márcio Santilli, e o SOS Mata Atlântica, redundando já 1994 no Instituto Socioambiental. O João Pacheco negociou com a Funai e, juntamente com Alfredo Wagner Berno de Almeida, realizaram uma densa análise de situação organizacional da Fundação Nacional do índio (que li já quando escrevia as páginas finais de minha dissertação de mestrado) apresentada num texto denominado “Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai” de março de 1985, e que seria publicado em 1989 numa série doméstica do PPGAS/Museu nacional, e depois em 1998 numa coletânea por ele coordenada intitulada *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo*. Os diversos acertos políticos da instalação da chamada Nova República, acabou conduzindo o João Pacheco e o Alfredo Wagner a instalarem no início de 1985, no então recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), onde instalaram, respectivamente, as Coordenadorias de Terras Indígenas e de Conflitos Fundiários. Moacir Palmeira, por sua vez, a partir de sua relação histórica com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), iria para uma das diretorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que também passou a integrar o MIRAD. É importante dizer que o MIRAD substituiu o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), cujo Ministro era também o Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Naquele período a definição do que se demarcava ou não em terras indígenas estava nas mãos dos militares, através da presença do MEAF e depois do MIRAD no âmbito do chamado “Grupão”, o grupo interministerial que definia o que a Funai poderia ou não demarcar instituído pelo Decreto nº 88.118/83. A Coordenadoria de Terras Indígenas/MIRAD participava diretamente desse processo e, sua entrada significou uma mudança qualitativa na direção dos processos, pois acabou funcionando como uma cunha, num processo em tudo blindado. Através dela se conseguia-se saber e obter documentação do que era em larga medida blindado pela Funai, que aparecia na mídia impressa e televisiva da época como entrando e saindo de crises e tendo seus presidentes depostos ou se demitindo, até que em 1985 Romero Jucá assumiu a presidência da agência e passou a atuar em total consonância com a imprensa e com os militares, “apagando” a Fundação do cenário da mídia. Ele apresentaria, no bojo do processo constituinte, a ideia que rondava naquele momento de que o critério para definir terras indígenas devia ser a relação 1 índio = 1 hectare. Quando o PETI começou e no seu primeiro ano praticamente todo o João Pacheco estava no MIRAD, e eu atuei desde então como subcoordenador do projeto até 1992 quando me desliguei do mesmo. Desde 1985, portanto, minha vida profissional foi se focando no Museu, e na pesquisa, sendo eu em 1986 me desliguei de todos os outros trabalhos e, mais uma vez para desespero de meus

país, deixei o concurso para professor de história da Educação básica do Município do Rio de Janeiro. Queria me dedicar apenas à pesquisa, foi sempre esse meu objetivo.

Maybury-Lewis recomendou ainda muitos outros financiamentos realizados tendo à frente do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro Bruce Bushey (1983-1986) que, em função de doença e posterior falecimento em 1989, foi substituído Peter Fry como representante (1986-1988). Peter já atuava então como *Program Officer* do escritório do Rio de Janeiro naquele período, tendo saído de Campinas, passado um breve período como professor visitante no PPGAS/Museu Nacional, e depois, ainda na Ford, seguiu para a África. Dentre as recomendações estava a de um financiamento para Comissão Pró-Índio de São Paulo para trabalhar sobre legislação e a Associação Brasileira de Antropologia, que sempre mantivera uma atuação em prol dos direitos indígenas. Em 1986, Manuela Carneiro da Cunha foi eleita Presidente da ABA e sua gestão atuou intensamente nessa direção.

Tem um conjunto de depoimentos que acho muito importante, e que recomendo para todo mundo que estuda Antropologia no Brasil e que estão disponíveis na página da ABA em vídeo (<http://www.aba.abant.org.br/conteudo/?000323>). Foram gravados em 2003 quando a ABA, na gestão do Gustavo Lins Ribeiro (eu era então o vice-presidente), fez uma comemoração da primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional em 1953, tendo sido logo o MN o local escolhido para a comemoração, material que só pode ser lançado graças ao suporte do Carlos Alberto Caroso Soares em sua gestão (2010-2012). Todos os depoimentos são muito importantes para quem quer entender como se faz muito com tão pouco, já que a estrutura da Associação é mesmo muito simples. O depoimento de Manuela Carneiro da Cunha é muito importante para se entender a singularidade e as condições ímpares com que contou naquele momento e o contexto do processo constituinte.

Ao mesmo tempo que escrevia a dissertação, com Jurandyr Carvalho Ferrari Leite, que trabalhava na pesquisa para minha dissertação de mestrado (eu dava 26 tempos de aula, em 5 cursos de 3 faculdades diferentes, com turmas grandes, entre 50 e 100 pessoas, precisava de um assistente de pesquisas como eu já o fora), e que seria parte da equipe do PETI até seu final (eu sairia antes, em 1992), ganhamos uma outra dotação de pesquisa da ANPOCS com recursos da Ford numa faixa superior para projetos mais complexos e aí a pesquisa se dirigiu para entender como se davam as práticas tutelares, algo que o João vinha trabalhando para os Ticuna mas a que só tive acesso em 1986, quando ele defendeu sua tese de doutorado (*O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar*). Foi durante a preparação da dissertação, lendo a tese de doutorado da Mariza Peirano (“The anthropology of anthropology: the Brazilian case”) que tomei contato com as referências de Norbert Elias num texto para mim muito importante sobre processos de formação de Estado e construção da nação, bem como a de *O Processo Civilizador*; e através de Jurandyr Leite, que na época fazia mestrado em sociologia no IUPERJ, com o de Elisa Pereira Reis, e pelo dela, com o trabalho de Charles Tilly. Entrei no doutorado em 1986 (com um projeto para estudar o indigenismo e a antropologia produzidos no contexto de grandes projetos econômicos de impacto em variadas regiões amazônicas, do qual logo desisti: havia o PETI, muito trabalho como sempre, e eu tinha uma pesquisa já em andamento sobre as práticas tutelares pensadas a partir de seu centro administrativo e não de casos específicos). Durante o curso fiz concurso para professor de Etnologia o Museu Nacional, em 1988, no qual concorreriam também Berta Gleizer Ribeiro,

que, claro, ficou em segundo lugar, Bruna Franchetto, já doutora e que naquele mesmo ano faria concurso para a disciplina de Linguística na Faculdade de Letras, de onde anos mais tarde se transferiria para o Departamento de Antropologia do MN.

Estudei o SPI, portanto, ao mesmo tempo em que atuava como coordenador de um projeto que chegou a ter mais 20 pesquisadores nas mais variadas etapas de formação, que produziu publicações importantes para o debate constituinte e ajudou a mudar a visão do que fosse terra indígena, e que me tornei professor universitário no lugar que tinha para mim o que mais me importava: o máximo de tempo disponível à pesquisa, coisa que os imperativos da Capes viriam a alterar significativamente. Para mim, o caminho do estudo da tutela passava pelo cenário contemporâneo a que vivia em que se debatia se a tutela devia ou não ser mantida no texto constitucional. Nada do que fiz em pesquisa histórica prescinde da participação neste cenário específico, e que tampouco foi militância. Tenho cadernos de notas de pesquisa e trabalho de todo esse período (aliás, a essa altura da vida são já muitas caixas e eu preciso começar a dar um destino a isso). Nunca julguei que todo os caminhos das ações políticas dos povos indígenas passassem pelo Estado, mas julgava que desmontar as bases da tutela, que para alguns (mesmo antropólogos) era a mais eficaz forma de “proteção” estatal me parecia ser tarefa urgente. Nesse mesmo momento, comecei a orientar meus próprios orientados de iniciação científica que tinham interesse de pesquisar tutela, mas a partir de outros cenários como o Serviço do Povoamento, que Jair de Souza Ramos, hoje professor da UFF, estudou; ou as questões em torno de menoridade, que Adriana Vianna, hoje minha colega no PPGAS/Museu Nacional, passasse pelo Estado. Aprendi muito sempre orientando e, ao longo mesmo da pesquisa de doutorado, o campo teórico dos estudos do Estado em sociedades ditas “complexas” já estava delineado.

Campos: Para continuarmos, você poderia falar como se deu sua aproximação agora, mais recentemente, do acompanhamento da implantação das políticas afirmativas, especialmente do ingresso de indígenas nas graduações e pós-graduações nas universidades?

ACSL: Não cheguei às ações afirmativas seja pela militância acadêmica, notadamente a engajada com o movimento negro, ou porque “fui convencido” no meio do caminho. A questão se colocou como uma decorrência lógica de uma retomada dos trabalhos com as políticas indigenistas num cenário muito diferente daquele em que deixara a o trabalho do PETI em 1992, ano em que defendi meu doutorado. Depois disso, exerci funções administrativas (chefia de Departamento, coordenação e pós-graduação) e me preparava para começar a pesquisar sobre os processos de formação de administradores coloniais em Portugal, quando em função de um seminário em que participamos, João Pacheco e eu, vimos o quanto todo o trabalho sobre terras indígenas fora fagocitado e o enorme esforço do PETI estava no mínimo esmaecido. Decidimos, assim, em 1998, procurar o escritório da Ford no Rio de Janeiro para buscar uns poucos recursos para publicar livros, em função do que contatamos José Gabriel Lopez, Assessor de Programa da área de Desenvolvimento Sustentável da Fundação recém-chegado ao Brasil. Gabriel Lopez nos contrapropôs realizar um *survey* sobre o cenário de políticas indigenistas e indígenas, que fornecesse elementos para recomendações de financiamento, um seminário e publicações.

Não sem alguma ponderação resolvemos aceitar a proposta, o que significou para mim efetivamente desistir da pesquisa em Portugal. João Pacheco, junto com Marcelo Piedrafita Iglesias e Bruno Pacheco de Oliveira deram curso a um amplo trabalho com as organizações indígenas, então no auge de sua mobilização, e eu me dediquei mais à pesquisa sobre as políticas indigenistas. O cenário que encontramos foi em grande medida distinto daqueles dos anos 1980/inícios dos anos 1990. As organizações indígenas estavam em plena efervescência, em especial as situadas na região Amazônia, à beira de grandes intervenções como as demarcações participativas de terras indígenas. Entre os índios, na Amazônia, ou em Brasília, a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento (em especial a alemã, através da Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica – *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* GTZ, hoje *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* GIZ, ou Sociedade para Cooperação Internacional) parecia ser onipresente e pretender “terraformar” a administração pública. Era o final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciava-se o segundo e efetivamente começavam a ser implantadas as novas políticas indigenistas geradas com o desmembramento de funções da Funai a partir dos decretos de Fernando Collor de Mello em fevereiro de 1991. A tutela parecia estar desbotando, ultrapassada pelos novos tempos. O trabalho de João Pacheco implicou, ainda, na montagem de um amplo arquivo imagético foi posteriormente digitalizado no Laced.

Tomando como base o levantamento que fizemos tanto para as políticas indígenas, quanto para as indigenistas, organizamos o seminário Bases para uma nova política Indigenista, realizado dos dias 28 a 30 de junho de 1999. Com mais de 150 participantes – e com direito a uma comitiva Kayapó que veio de ônibus (convocada por alguns indigenistas da Funai, que julgavam que nossa proposta era pôr fim àquela instituição) – ao longo de seus dias, contamos com figuras na época de grande relevo, como a então senadora Marina Silva, Marcio Santilli, Ubiratan Moreira (o responsável pela implantação subsistema de saúde indígena), Artur Nobre Mendes, responsável na Funai pelo PPTAL, lideranças indígenas como Gersem Luciano Baniwa, Siã Kaxinawá, e Ailton Krenak e muitos outros, num formato de seminário que, rompendo com o usual na área até aquele momento, os índios tinham suas mesas, os antropólogos também, os gestores públicos idem etc. No nosso caso cada mesa tinha componentes adequados ao debate do tema. Era a “lógica da participação” que a estruturava e a vontade de se estabelecer de fato um diálogo e uma posição simétrica. O seminário resultou um relatório em forma de texto e outro em forma de vídeo. Três anos após, em 2002, Maria Barroso e eu publicamos três coletâneas geradas a partir das falas dos autores, e preparados entre Brasil e Noruega (durante um dos períodos de Maria lá), parcialmente distribuídas, mas também esgotadas nas suas cotas para venda.

A esse projeto seguiram-se outros dois, nos quais, apesar de meu interesse em estudar cooperação técnica internacional – o que acabou atraindo alunos, ensejando curso na pós-graduação, e até alguma escrita – eu acabei por me ver a braços com a proposta de criação de cursos de especialização em formação de gestores em etnodesenvolvimento, com a realização de dois cursos fora do Museu Nacional, um na Universidade Federal do Amazonas, e outro na Universidade Federal de Roraima entre os anos de 2002 e 2003. Nesses cursos havia cotas para alunos indígenas (conseguímos um pequeno financiamento sob a forma de bolsas da Capes). Ao longo da pesquisa em 1998/1999, e depois ainda, pude distinguir uma demanda clara por formação dentro e fora da antropologia, de indígenas e não indíge-

nas, tendo disso esse o tema de minha intervenção no seminário. A demanda indígena por formação universitária já era clara, não apenas para formação de professores, mas também, e foi esse o ângulo que primeiro percebi, para gestão das terras indígenas já demarcadas e defesa de seus direitos.

Então foi assim que chegamos à proposta que nos foi feita por José Gabriel Lopez, em finais de 2002, para que desenvolvêssemos uma proposta de um grande programa de suporte à presença de indígenas e ribeirinhos, seringueiros (o grande investimento que Gabriel Lopez fez em sua gestão foi no Acre, onde essa articulação estava dada de larga medida o que não era geral para o Brasil) no ensino superior. Pediu-nos que elaborássemos o que chamou de um *concept paper*. Naquele momento a Ford no Brasil já investira largamente em entidades do movimento negro para a luta por ações afirmativas no ensino superior e estava instalando desde 2001 o *International Fellowship Program*, executado no Brasil como Programa Bolsas da Fundação Carlos Chagas, uma das entidades que manteve ao longo de muito tempo relações com a Fundação Ford, sob a condução cuidadosa de Fulvia (de Barros Mott) Rosenberg, lamentavelmente falecida. O programa se destinava a dar bolsas a indivíduos dos segmentos “menos favorecidos” de cada país onde se instalasse, que vinham com um pacote de recursos mais amplos para cursos na pós-graduação. A ideia era mudar a liderança global, formando indivíduos (e não coletividades) para que buscassem a transformação de suas sociedades. Ocorre que logo que iniciaram descobriram que em muitos casos teriam muito poucos possíveis concorrentes pois esses não conseguiam concluir a graduação. Criaram então uma *iniciativa* intitulada *Pathways to Higher Education* (Caminhos para a Educação Superior). No jargão interno da Ford e de outras agências de filantropia e cooperação técnica isso significava um amplo programa para ser executado em escala global com recursos determinados assim como balizas de execução por um período de tempo determinado, nesse caso uma década de 2001 a 2010. Tudo isso fomos entender muito, muito tempo depois, e graças à interlocução com Aurelio Vianna Jr, quando esse entrou no escritório do Brasil, substituindo José Gabriel Lopez, cujo extenso período de contratos com a Ford (fora e dentro do Brasil) acabou em meados de 2003. E não tínhamos a mínima ideia de que ele estava pleiteando algo de U\$ 1,200,000.00 !!! Nem que o que propusemos deveria ser integralmente mudado em função, no fundo, de milhões de problemas internos à Ford, sobretudo no escritório do Brasil. Passamos o ano de 2003 discutindo esse projeto, que estava pronto quando Gabriel Lopez saiu em julho de 2003, e tivemos de reelaborar integralmente quando passou para a supervisão de Ondina Fachel Leal, sob o olhar mais amplo de Ana Toni, Representante (chefe do escritório) da Ford no Brasil. No meio de um longo e desgastante processo, João Pacheco de Oliveira saiu do projeto e nos vimos, Maria Macedo Barroso, que iria logo a seguir fazer sua pesquisa de doutorado na Noruega, e eu com um extenso programa de trabalho, poucos recursos (o recurso em si para o Laced implantar esse processo era da ordem de U\$ 340,000.00, inclusive para taxa administrativa), numa conjuntura ímpar face à minha experiência de gestão de projetos com recursos em dólares: durante todo o projeto o real se valorizou e o dinheiro no fundo “encurtou”. Ademais, tínhamos em mãos uma proposta muito mudada face ao que nós de fato acreditávamos. Se o mantivemos foi porque os sinais da demanda indígena pelos cursos em universidades eram evidentes. Do ponto de vista da interlocução com a Fundação Ford, o projeto se viabilizou realmente com a entrada de Aurelio Vianna Jr. *Trilhas de conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil* teve duas etapas

(2004-2007; 2007-2009), sendo que na primeira atuamos como uma carteira de projetos, induzindo a demanda por financiamentos, escolhendo núcleos universitários que quisessem desenvolver ações afirmativas com indígenas (os ribeirinhos saíram ainda com José Gabriel na Ford), realizando doações, monitorando e debatendo os trabalhos. Na segunda, seguimos monitorando o trabalho e produzindo material didático, além de atuar no sentido de colaborar com outras forças em luta por suporte federal para as ações afirmativas. Depois do *Trilhas* desenvolvemos ainda mais dois projetos com recursos da Ford voltados para a questão da educação superior de indígenas, num período que vai desde 2003 até final de 2014. Há ainda coisa a sair, pois os projetos acabam, as equipes têm de se dispersar porque cada um tem de ganhar dinheiro e viver, ou tem outros projetos, e a responsabilidade por produtos inconclusos fica com o coordenador.

Tudo isso está documentado. Há dois livros publicados e agora em 2018 sai o último dos 3 livros que documentam todo esse processo e realizam um balanço de conjuntura. Esse material está no site do *Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento* (<http://www.laced.etc.br>). Mais recentemente, por uma generosa sugestão de Ruben Oliven, escrevi um texto, numa tentativa de chave auto etnográfica, para o volume 50 de *Horizontes antropológicos* (janeiro de 2018), dedicado a políticas de inclusão no ensino superior, cujo título é “Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho”. Creio que não tenho mais a dizer, ao menos nesse momento. Fizemos *Trilhas* ao mesmo tempo em que mantinha outras pesquisas (relativamente abandonadas, pois *Trilhas* drenou a energia que eu tinha e muito mais), orientava, atuava em funções na ABA e, sobretudo, tentava não deixar minha vida pessoal escorrer pelos dedos, o que acho que não consegui. Nesse momento de entrada na casa dos 60, tudo isso me passa de ponta cabeça e do fim para o princípio. Se é fato de que colaboramos com um amplo leque de forças para transformações intensas que visavam fazer frente a outras maiores ainda (quando começamos em 2004, avaliava-se em 1300 o número alunos indígenas em instituições de ensino superior; em 2015, o INEP avaliou-os como em torno de 32.000!!!), tudo me parece que poderia ter sido mais proveitoso. Mas, a vida não tem ensaio, não é? Sobretudo, do ponto de vista pessoal, os danos foram grandes. Afinal, a vida acadêmica é feita de pessoas de carne e osso, com sentimentos.

Campos: Finalmente, pedimos agora para nos falar um pouco sobre sua experiência na presidência da ABA, sobretudo considerando o período tão tenso, politicamente falando, em que assumiu o cargo.

ACSL: Sou uma pessoa interiormente lenta. Ainda estou processando muitas coisas vividas neste período de 2015-2016. Fizemos algumas observações na introdução do relatório de nossa gestão. Foi um período árduo, tanto em termos da minha vida pessoal, quanto do cenário político mais abrangente que tivemos de enfrentar. Mas também, foi um período de muita solidariedade e amizade dentro de uma diretoria especialmente harmoniosa na vontade de dialogar, a partir das singularidades de cada um, de muita companhia, troca e bons contatos Brasil afora. Por duas vezes antes haviam me sugerido me candidatar à Presidência da ABA, o que eu preferi não fazer, por razões pessoais e profissionais, dentre elas pelo tanto de trabalho que os projetos voltados para ações afirmativas me tomavam. Ao aceitarmos

como diretoria o desafio dos anos que tínhamos à frente em meados de 2014 quando fomos eleitos, tínhamos claro que teríamos um embate quanto ao desenvolvimentismo dos governos Petistas, Belo Monte era (e é) um tema inamovível por tudo o que a Associação defendeu ao longo de toda sua história. Sabíamos que as forças econômicas entrelaçadas ao agronegócio, a mineradoras etc só cresciam. No entanto, não imaginávamos que terminaríamos 2014 com a antevisão de um cenário de ruptura institucional profunda e intensas restrições financeiras na área da ciência, tecnologia e educação, que só se consolidaram realmente por volta de julho de 2015. No dia mesmo em que tomamos posse, 15 de janeiro de 2015, tivemos uma reunião com diversas entidades aliadas em que se desenhou um Legislativo da pior qualidade, mas o que veio depois superou muito as mais pessimistas expectativas. Em agosto de 2014, depois da RBA de Natal, creio, a ABA ficara sabendo que corria contra ela um mandato de exibição de documentos movido pela Federação de Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), que pedia que lhes fossem entregues um documento público (o Termo de Cooperação Técnica com o MPF), a lista dos antropólogos que a ABA indicou para fazerem laudos periciais (a ABA indicava listas de pessoas e não pessoas específicas ao Ministério Público, para que eles escolhessem os possíveis peritos) e o cadastro de sócios da ABA. Essa ação ainda corre. Num certo plano, a CPI do Incra e da Funai e o fogo direcionado à ABA e aos antropólogos e antropólogas (alguns e algumas, porque não são todos/as os/as antropólogos/as que estão na linha de frente de certas ações) não foi de todo surpreendente. Muitos achavam (ouvi isso de procuradores da República aliados) “não ia dar em nada”, que tudo iria para o MPF que desfaria os equívocos e mentiras. Mas não foi o que aconteceu, e nós sabíamos que não seria, pois o que fazia toda a diferença era a conjuntura política mais ampla.

Tivemos de fazer frente a demandas para as quais os meios da ABA são exíguos senão inexistentes e é ainda com isso que Lia Zanotta Machado tem tido de se enfrentar. E ainda, enfrentar o fato de que muitos e muitas sabem pouco o que é, o que faz e com que meios faz (apenas para pensarmos em dinheiro, as anuidades são num valor baixo, muitas vezes pagas por um número restrito de sócios). Ademais, para muitos hoje, o associativismo científico parece não ser a forma mais significativa de engajamento: há muitas outras como redes, coletivos etc. Manter uma instituição no cenário brasileiro contemporâneo com a judicialização política interessada de todo (precário) plano administrativo, e em que qualquer palavra dita poder ser revertida contra o emissor é muito complicado. Tanto mais que como toda a sociedade brasileira altamente polarizada no momento atual, a ABA guarda muitas nuances entre seus associados: uma diretoria não é dona da Associação, e assim era preciso assegurar o que chamarei de “dissenso operativo”. Tivemos ainda de enfrentar alguns problemas organizacionais e, tudo, somado não foi nada fácil.

Ainda assim, conseguimos produzir um novo protocolo para orientar a ação pericial, realizamos um seminário comemorativo e prospectivo dos 60 anos da ABA, cujo livro deve sair este ano, nos organizamos para enfrentar essa avalanche de pressões e acusações, produzimos uma RBA com recursos mínimos e com metade do público pagante que a 29ª contara, com a enorme solidariedade, atuação criativa e liderança dos colegas da Comissão Local, assim como com o suporte fundamental da UFPB. Há muito por ser dito e muito que não deve ser dito e publicado no momento atual. São outros os

tempos, e 2015-2016 nos mostraram exatamente isso. Fica para um futuro, que não sei exatamente quando chegará.

Edilene Coffaci de Lima é doutora em Ciência Social (Antropologia) pela USP e professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR.

Marcos Silva da Silveira é doutor em Antropologia Social pela UnB e professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR.

Lays Gonçalves é graduada em Ciências Sociais da UFPR e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na mesma instituição.

RECEBIDO: 02 DE MAIO DE 2018

APROVADO: 05 DE MAIO DE 2018